Questão Discursiva 01305

O cidadão Antônio Justus, com 59 anos de idade, pessoa capaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, comparece à Promotoria de Justiça da Comarca de Inocência-MS e informa que necessita de determinado medicamento de uso contínuo, conforme receita de médico credenciado pelo Sistema Único de Saúde. Porém, ao apresentar a receita ao órgão municipal de saúde, foi informado que o medicamento é de alto custo e não integra a lista de medicamentos fornecidos pelo SUS, razão pela qual não poderia ser fornecido pelo Município. A Secretaria de Saúde do Estado também se recusou a fornecer o medicamento, sob o mesmo argumento. Os fatos narrados por Antônio Justus foram confirmados em procedimento preparatório instaurado pelo órgão do Ministério Público da Comarca de Inocência. De acordo com a atual orientação jurisprudencial do STJ e do STF, responda:

A) Qual a natureza jurídica do direito de Antônio?

B) O Ministério Público possui legitimidade para tutelar o direito de Antônio?

C) Qual (s) o (s) ente (s) público (s) responsável (s) pelo fornecimento do medicamento?

D) Qual (s) a (s) providência (s) judicial (s) cabível(s) e o foro competente?

Indique os dispositivos legais aplicáveis e os principais fundamentos do atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal sobre as matérias questionadas.